



REFLEXÕES SOBRE A ESCOLA INCLUSIVA NA ATUALIDADE

Maria Juderlândia Galdino Alves Lima¹

Universidade do Estado do Rio Grande do norte-UERN

E-mail: juderlandia.alves@hotmail.com

Jéssica Dayane Teodoro Queiroz¹

Universidade do Estado do Rio Grande do norte-UERN

E-mail: jessicadteodoro@gmail.com

Kaline Alexandre de Sousa Alves²

Faculdade Internacional Signorelli-FIS

E-mail: k-sousa1103@hotmail.com

Vanessa Mayara de Lima³

Universidade do Estado do Rio Grande do norte-UERN

E-mail: vanessamayaradelima@hotmail.com

Iure Coutre Gurgel⁴

Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, curso de Pedagogia do Campus Avançado de Patu.

E-mail: yurecoutre@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a temática educação inclusiva, em destaque, as dificuldades encontradas por alunos portadores de necessidades especiais e o desafio do fazer pedagógico na sala regular com ênfase na modalidade inclusiva focado em quatro momentos: primeiro aborda um breve histórico sobre como sucedeu o processo educacional inclusivo; em sequência, discute a forma distinta que o aprendiz possui para alcançar uma aprendizagem significativa; bem como, a atual realidade da prática pedagógica no processo inclusivo e os desafios encontrados por alunos com necessidades educacionais especiais na modalidade regular de ensino. Para endossar essa discussão embasa-se em um estudo bibliográfico, que realça autores como: Cunha (2008), Dutra (2006), Martinelli (2005), Mantoan (2008), Coll (2004), Marrchesi (2004), e Palacios (2004). Teorias que discute a necessidade de um ambiente educacional que se adeque a modalidade inclusiva de ensino, para que o ser especial possa ampliar suas potencialidades, uma vez que a integração desse público não é o essencial para assimilação das informações proporcionadas na sala regular de ensino.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Prática pedagógica, Ensino Regular.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

A história da Educação Especial surgiu na Grécia Antiga, época dominada pelo mito religioso. Na percepção grega, a criança nascida com algum tipo de deficiência era predominada por poderes sobrenaturais o que desconsideravam como humano, além de ser caracterizada como incapaz de exercer socialmente, pelo fato de apresentarem alguma insuficiência física ou mental.

Mediante esse ponto de vista, muitas crianças nascidas com algum tipo de insanidade, surdez ou cegueira, eram sacrificadas ou abandonadas. Essa visão distorcida prevaleceu por dois mil anos, tal subordinação só teve ruptura com influência do cristianismo que impulsionou o fim do pensamento mítico. Deste então, o indivíduo com alguma lacuna mental ou física passou a ser distinguido como uma pessoa carente e digna de compaixão, e não comparado a uma coisa, o qual era caracterizado na antiguidade.

Só na idade moderna com influência da expansão científica, que propagou o desenvolvimento no campo da medicina, o qual excitou o rompimento com a concepção da deficiência física ou insanidade como uma predominância demoníaca ou obra divina, para uma carência hereditária ou congênita com possibilidades de tratamentos.

A ideia de educar esse público ainda era pouco significativa na época, só então, na contemporaneidade correspondente ao final do século XIX aos dias atuais em função do avanço econômico e da demanda de uma sociedade fortemente produtiva instigou a disponibilidade de uma educação voltada ao indivíduo que apresentasse alguma omissão física ou mental.

Em função do crescimento urbano e da extensão industrial, nasceu a necessidade de uma sociedade escolarizada e competitiva, diante dessas mudanças, as escolas regulares tiveram um público cada vez mais heterogêneo. Convergente a este contexto vivido pelas instituições escolares, surge o movimento de integração e inclusão escolar, onde o aluno considerado especial passa ser educado e incluso com outros aprendizes caracterizados como normais no contexto educacional.

Entretanto, o ensino para criança especial na sala comum resume-se em uma modalidade de educação que ainda procede por uma instrução mais qualificada. São muitos os fatores que proporcionam a exclusão dos principiantes estudantes com algum tipo de deficiência, desde estrutura física quanto ao método pedagógico desenvolvidos no contexto escolar, bem como, a superlotação da sala de aula.

Para que se almeje uma educação inclusiva é necessário romper com vários fatores que causa a desqualificação desse ensino. Diante de muitos desafios deparados por alunos que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

necessitam de uma Educação verdadeiramente inclusiva, e do fazer pedagógico com esse público, o presente trabalho aborda as investigações sobre os desafios enfrentados no contexto da sala de aula para a promoção da inclusão de alunos com algum tipo de deficiência.

Esta análise está averiguada por meio do levantamento de dados coletados em uma instituição escolar pública, onde realça em uma pesquisa de campo com caráter descritivo, pois envolvem coletas de dados por meio de um questionário aplicado a cinco educadores classificados como professor A, B, C, D, E da sala regular de ensino.

Além da pesquisa científica, o estudo apresenta a pesquisa bibliográfica, com embasamento teórico envolvendo as teorias de: Cunha (2008), Dutra (2006), Martinelli (2005), Mantoan (2008), Coll (2004), Marrchesi (2004), e Palacios (2004), extraídas em livros, sites e revistas publicadas.

Apesar de muitos avanços no sistema educacional, ainda existem segundo algumas pesquisas um número elevado de crianças com alguma limitação excluídas do sistema de educação.

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A aprendizagem é um processo consecutivo durante todo ciclo de vida do indivíduo, e se dá através da mediação e contato com o ambiente. Na sala de aula, não é diferente, a aprendizagem, amplia-se de forma contínua e coletiva. Mas, para que haja uma aprendizagem significativa, depende de inúmeros fatores, os quais podemos destacar: o aluno, os recursos oferecidos pela instituição escolar, à participação e contribuição da família e a metodologia do professor.

Cada aprendiz apresenta um estilo próprio de aprendizagem, algumas assimilam conhecimento com mais facilidade, enquanto outros necessitam de recursos metodológicos variados para alcançar uma aprendizagem significativa. Dessa forma, concordamos com Cunha ao evidenciar que

O modelo de educação que funciona verdadeiramente é aquele que começa pela necessidade de quem aprende e não pelo conceito de quem ensina. Ademais, a prática pedagógica para afetar o aprendente deve ser acompanhada por uma atitude vicária do professor. (CUNHA, 2008, p.63)

O ensino se torna significativo quando sua mediação se dá através das necessidades e indagações do educando, nessa perspectiva, a função do professor contemporâneo não pode ser vista como um depositador de conhecimentos, mas, criar possibilidades favoráveis à ampliação e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

formalização das informações por meio dos conhecimentos prévios, assim como, respeitando as limitações de cada aprendiz. Deste modo, o mediador deve proporcionar desafios conforme a capacidade de cada educando, para que o mesmo possa desenvolver um pensamento crítico mais comprometido e otimista em relação à aprendizagem.

Propiciar um ambiente favorável a aprendizagem em que seja trabalhado a autoestima, a confiança, o respeito mútuo, a valorização do aluno sem, contudo, esquecermos da importância de um ambiente desafiador [...] mas que mantenha um nível aceitável de tensões cobranças, são algumas situações que deva ser pensadas e avaliadas pelos educadores na condição de seus trabalhos. (MARTINELLI, 2005, p.116)

Conforme aponta a citação acima, o papel principal do professor não propõe em medir aprendizagem do educando, e sim, proporcionar formas metodológicas adequadas à realidade/necessidade do educando, bem como que estimulem e ampliem a aprendizagem do seu público alvo, pois vivemos em uma sociedade que exige cidadãos críticos e ativos.

A criança que apresenta dificuldade em apreender as informações, não se resume em um indivíduo desprovido de inteligência ou que seja provido de algum tipo de deficiência, em muitos casos, algo que a criança vivência é causadora da falta de socialização com o estudado. Nesse diâmetro, é relevante a análise do meio familiar, social e escolar da criança, pois, a dificuldade de aprendizagem pode ocasionar tanto de fatores internos como externos.

Cada ser humano aprende de forma distinta, isso conclui que alguns necessitam de uma educação especializada, outro de um reforço para se chegar a uma aprendizagem significativa. Portanto, cabe salientar que lidamos com aprendizes heterogêneos, e a forma de apreender conhecimentos não nos inferioriza como ser humano. Diante desse argumento, é de grande relevância que as escolas estejam preparadas estruturalmente quanto pedagogicamente para favorecer um processo de ensino-aprendizagem desafiante e motivador para o aluno, assim como, o ambiente deve oferecer recursos para o acesso e permanência a todos os educandos .

Nessa perspectiva, a proposta das Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica (LDB, 2000, p. 5) estabelece as exigências para o desempenho do papel docente frente às novas concepções de educação no mundo contemporâneo:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

Conforme nos aponta as Diretrizes, percebemos que o processo de ensino-aprendizagem não limita-se simplesmente ao trabalho com conteúdos, e sim, através de um trabalho articulado e enriquecido por metodologias e estratégias didático-pedagógicas variadas, que reconheçam o educando como o centro do processo de ensino-aprendizagem.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E AS CONTRIBUIÇÕES A PRÁTICA INCLUSIVA

Quando falamos em professor, não se distingue de um ser pesquisador, reflexivo e inovador. Ser um educador é buscar o desconhecido para lidar com a educação da atualidade. Na educação de alunos com deficiência, não contradiz essa concepção de educador, torna-se cada vez mais, uma urgência a busca de conhecimentos que capacite o ser profissional nessa modalidade de ensino.

Destacamos os cursos de Formação de Professores que têm por meta, a formação de profissionais que reflitam sobre o seu fazer, e tornem capazes de confrontá-lo com os saberes teóricos construídos na academia e propiciem a consolidação de fazeres, a partir desses confrontos, para que dessa forma possam enfrentar os desafios que surjam no cotidiano do seu exercício profissional. Logo, por conseguinte, esses cursos devem possibilitar condições que possibilitem as competências de refletir sobre sua ação profissional de modo que os professores possam redirecionar fazeres.

O ensino de qualidade requer uma boa formação acompanhada de reflexão no exercício diário, uma vez que, no percorrer de sua carreira o professor se depara com muitos desafios, realidades diferentes, casos particulares onde deve traçar estratégias para melhor andamento do fazer pedagógico.

A metodologia aplicada pelo educador é de grande importância no intercâmbio entre ensino-aprendizagem de uma classe heterogênea. Dessa forma, a formação do educador deve estruturar e criar postura diante da realidade encontrada nas instituições escolares. Diante esta postura profissional, vemos que as instituições escolares públicas ainda não estão adaptadas às novas modalidades de ensino. Pois, a educação especial na contemporaneidade ainda luta por um ensino mais heterogêneo para ministrar e ampliar as habilidades e potencialidades de cada educando inseridos neste espaço.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Trabalhar com educação inclusiva se torna necessário em uma instituição escolar, mas, é cabível que o setor educativo disponha de vários recursos fundamentais para que a inclusão aconteça, isso ressalta em um ambiente acessível às deficiências, professores qualificados e a integração entre aprendizes considerados normais com portadores de deficiência.

Cumprir assinalar, portanto, a compreensão que tem Carvalho (2005, p. 114) a respeito da relação escola e educação inclusiva quanto ao trabalho dos profissionais que atuam nesse contexto. A autora menciona a escola como:

[...] um cenário do qual devem fazer parte inúmeros atores e autores, além do professor e dos alunos. Todos os que convivem com os aprendizes devem ser considerados atores, embora alguns não estejam presentes no cenário de aprendizagem que ocorre na sala de aula.

A integração da criança no setor educativo regular é indispensável, pois contribui para que se desenvolva tanto intelectualmente quanto coletivamente. Mas, só a integração por parte do aluno não é suficiente para o seu desenvolvimento intelectual, já que, cabe à escola fornecer acessibilidade tanto estruturalmente quanto pedagogicamente para que esse aluno possa se adaptar ao meio físico e a assimilação de conhecimentos.

Incluir alunos com deficiência [...] e necessidades educativas especiais nos centros de educação infantil não requer um currículo especial, mas ajustes e modificações curriculares envolvendo objetivos, conteúdos, procedimentos didático-metodológicos e de avaliação que propiciem o avanço no processo de aprendizagem desses alunos. (BRASIL, 2006, p.33)

Os ajustes curriculares são fundamentais para constituir uma educação especializada qualificada, mas este conceito ainda se encontra em ampliação ou emergente em muitas instituições educativas públicas. A prática pedagógica ainda atende uma classe homogênea e não heterogênea como exige uma metodologia inclusiva.

Considerar que os homens são distintos é de suma importância para a convivência entre as pessoas e para inserção dos educandos no ambiente escolar, devemos reconhecer as diferenças e aprender a conviver com elas, até porque, mesmo entre os estudantes ditos não especiais, existem diferenças no processo de aprendizagem. Partindo dessa totalidade, é essencial que o educador esteja capacitado para que possa perceber as deficiências de aprendizagem de cada aprendiz, dessa forma terá probabilidade de construir recursos que propicie a formação do ser especial perante as exigências sociais.



ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR: ALGUNS APONTAMENTOS

A inclusão não se resume em uma adequação ou normatização de se adequar alunos privilegiados em uma instituição escolar, mas, é um espaço democrático e solidário onde adota o todo, não somente os rotulados como normais, classe que atendo um padrão de comportamentos considerados naturais diante sociedade, assim como, todo aquele que procura pelo ensino aprendizagem.

A segregação de um grupo, por a sociedade classificar como diferente, só procede à exclusão. Porém, quando aprendemos a conviver e respeitar as diferenças constrói-se uma sociedade mais justa e igualitária. A segregação é um dos fatores que pode levar a exclusão de muitos alunos que dependem de uma educação especializada.

As crianças com qualquer deficiência, independente de sua condição física, sensoriais, cognitivas ou emocionais são crianças que têm necessidade e possibilidade de conviver, interagir, trocar, aprender, brincar e serem felizes, embora, algumas vezes, por cominho e forma diferentes. (BRASIL, 2006, p.13)

Educar não é escolher o público alvo, é procurar recursos para lidar com uma sala heterogênea, pois os seres humanos são valorizados pelas diferenças e habilidades distintas e não por agimos e se comportamos semelhantes a todos.

É relevante que o sistema educacional escolar tenha uma criticidade sobre o planejar homogêneo, pois somos inseridos em uma sociedade heterogênea, e no ambiente escolar não é diferente. As salas de aula são formadas por alunos com habilidades diferenciadas e cada um possui uma forma distinta de assimilar os conhecimentos, isso concluir à necessidade de uma educação que atendam a demanda existente no ambiente escolar, principalmente, quando há crianças que depende de um ensino diferenciado.

No que consiste à educação, o cotidiano da escola e da sala de aula exige que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade de seus alunos. Essa nova competência implica a organização dos tempos e dos espaços. de aprendizagem, nos agrupamentos e nos tipos de atividades para eles planejadas. (MANTOAN, 2008, p.141-142)

Quando mencionamos educação para todos faz referência ao direito de o cidadão ter acesso e permanência a educação escolar, mas, o sistema de ensino deve estruturalizar fisicamente quanto



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

pedagogicamente para atender as novas demandas de ensino. Entretanto, a prática pedagógica inclusiva no ensino regular permanece inadimplente as novas exigências da educação inclusiva. O educador já chega à sala de aula com uma deficiência no fazer pedagógico, visto como, a universidade não prepara o mediador para lidar com criança que depende de um ensino especializado.

Em comentário a essa questão os Professores A e B, apontam que não estão capacitados para trabalharem com alunos com deficiência, uma vez que a graduação deixa uma grande lacuna sobre como ocorre o processo de ensino-aprendizagem numa ótica inclusiva. Portanto, isso mostra que os cursos de graduação ainda não capacitam o professor para direcionar um ensino especializado diante as requisições das legislações educacionais brasileiras estabelecidas. A resolução n.2/2001 que constitui as Diretrizes Nacionais ressalta a seguinte declaração no seu Art. 8º para Educação Especial na Educação Básica.

As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I Professores das classes comuns e da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos. (BRASIL, 2001, p.2)

Em consonância a esse artigo é salutar destacarmos que o professor atuante, frente a uma educação inclusiva necessita está capacitado e especializado para que possa detectar as necessidades educacionais dos alunos. Esta concepção de educador ainda necessita de lutas educacionais para alcançar essa dimensão inclusão. Embora os professores não especializados e incapacitados atuam em salas mencionadas como inclusivas. Diante este contexto, alunos especiais, conseqüentemente, são excluídos da prática pedagógica e das atividades desenvolvidas em sala comum, por não possuir domínio das problemáticas que as envolve. Diante desse contexto, Coll, Marchesi e Palacios afirmam que

Quando um aluno não tem claro o que é preciso fazer e não consegue entender as explicações do professor, dificilmente tentará enfrentar as tarefas. Às vezes, o problema está em que as demandas da tarefa estão muito acima das possibilidades do aluno. (COLL; MARCHESI; PALACIOS, 2004, p.133)

Esse dilema ainda persiste no ensino-aprendizagem em sala comum onde o público considerado especial não consegue resolver a problemática das tarefas lecionadas. Isso consta que o



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

docente não faz um planejamento cotidianamente para uma sala heterogênea conformes as habilidades de cada aluno.

Os professores A e B, ressaltam que desenvolver um planejamento heterogêneo

É possível sim, entretanto acredito que a maioria dos educadores em virtude do acúmulo de tarefas, sendo que muitas vezes trabalham em duas escolas, acaba não elaborando cotidianamente uma proposta que venha atender os alunos especiais. (Professor A)

Analisando a real inclusão educacional, percebemos que o planejamento heterogêneo cotidiano que atenda alunos com necessidades educacionais especiais, ainda procede a uma conquista, uma vez que o acúmulo de trabalhos desenvolvidos pelo professor, muitas vezes, impedem um planejar cotidianamente de atividades heterogêneas significativas que atendam a todo público de sala. (professora B)

Conforme mencionam os docentes, percebemos que a ausência de um planejamento heterogêneo diariamente que atenda todo público mediado de maneira integrativa e socializadora, ocasiona uma assimilação de conhecimento de forma negativa, principalmente, para os aprendizes que necessitam de uma educação especializada.

A falta de formação de profissionais da sala comum em cursos de capacitação na modalidade de Educação Especial, assim como, atividades inadequadas ao indivíduo especial devido a não construção de um planejamento heterogêneo e a demanda de alunos composta por cada turma, na maioria das vezes, é causadora de uma educação mal qualificada a criança ou adolescente que necessitam de suporte de ensino para a assimilação de uma aprendizagem mais significativa.

Em relação as atividades desenvolvidas em sala de aula, as professoras A e B, afirmam que a superlotação da sala de ensino regular, é um dos desafios mais presentes na sala regular de ensino, ocasionando dificuldades no trabalho com os conteúdos em sala de aula.

É notável que a aglomeração extensa de alunos por turmas de ensino regular resulta em dos fatores que dificulta o desenvolvimento de uma educação meramente inclusiva, já que o mediador não consegue propor um tempo reservados ao aluno com necessidade educacional especial.

Um ensino desqualificado e a exclusão do aprendiz especial ainda coexistem nos sistemas educacionais, apesar de muitos estudos para se alcançar um ensino mais qualificado e acessível a uma sala heterogênea.

Muitas vezes “inclusão” acaba caracterizando uma exclusão, principalmente, quando o educador submete os alunos especiais à atividades direcionadas aos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

alunos de rede regular e eles muitas vezes se acham incapazes de realiza-las. (Professora A)

A educação inclusiva ainda permanece nas políticas e Leis educacionais, pois as instituições escolares não oferecem recursos de uma educação inclusiva, e muitas vezes, os alunos com Necessidades educacionais especiais são integrados e não inclusos na sala de aula regular. Acredito que não, pois o professor isolado na escola sem ajuda de outros profissionais, não consegue incluir. Embora seja ele que corre atrás de outros profissionais que se esquivam e se acomodam, muitas vezes, não se aproxima da escola para atender essas demandas. Nesse sentido, quase sempre, ficamos sozinhos e então a inclusão do aluno, nessa circunstância fica comprometida. (Professora B)

É relevante destacar que uma educação numa perspectiva inclusiva não acontece nas instituições de uma hora para outra, de forma imediata, e sim, de maneira lenta, devido aos desafios enfrentados pelos educadores e a escola em geral, ocasionando assim, um repensar contínuo sobre o trabalho pedagógico desenvolvido.

Uma instituição caracterizada como inclusiva precisa refletir constantemente sobre as perspectivas e necessidades de aprendizagem do aluno. Dessa forma, o ambiente educacional necessita está adequado tanto de estatura física quanto pedagogicamente, para que esse aprendiz possa ampliar suas habilidades conforme sua limitação.

É essencial um olhar crítico do professor ao espaço educacional inclusivo, pois a aquisição de conhecimentos não depende apenas do esforço do educando, principalmente, criança ou adolescente que apresenta alguma dificuldade de aprendizagem. Mas, é abundante que além de um espaço físico e metodológico o aluno seja acompanhado por outros profissionais de instância clínica como, psicopedagogo, psicólogo e assistente social, caso necessário, para alcançar uma aprendizagem significativa necessária ao indivíduo para seu desenvolvimento socialmente e profissional.

A concretização de espaço inclusivo depende do trabalho em conjuntura desses profissionais para que a legislação saia do papel e se torne real diante as necessidades de cada aluno. A resolução n.2/2001 que constitui as Diretrizes Nacionais apresenta a seguinte consignação no seu Art. 2º para Educação Especial na Educação Básica.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organiza-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessária para educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, p.1)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Assim, acreditamos que um ensino especializado de qualidade apenas permanece nos documentos e Leis educacionais, já que, as condições necessárias para os educandos com deficiência para a efetivação da aprendizagem significativa se encontram ausentes da sala de aula regular. Isso mostra que carece de olhar mais crítico e reflexivo sobre a atual realidade da educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que todo ser humano tem direito a uma educação de qualidade, entretanto, o grande desafio é contribuir para a efetivação e formação de uma escola padrão de qualidade e inclusiva a todos.

Sabemos que a educação é essencial para o desenvolvimento do ser humano e quando uma instituição funciona de forma inclusiva, isso proporciona ao cidadão uma educação de qualidade e igualitária para uma turma heterogênea. Mas, as dificuldades existentes, e os muitos desafios para formação de um ambiente inclusivo, dificultam na prática a inserção de todos os alunos.

Matricular e integrar um aluno com qualquer tipo de deficiência na sala regular, não resulta em inclusão. Além desses dois processos, faz-se necessário que a escola se adeque as necessidades do aluno, tanto de forma física quanto pedagogicamente. Um ambiente educacional inclusivo refere-se a um espaço efetivo de aprendizagem significativa e acolhedor ao público inserido.

Para que a inclusão aconteça na sala regular é essencial que educador construa uma visão heterogênea de turma e execute um plano que proporcione uma aprendizagem produtiva a turma lecionada, inclusivo aos alunos que depende de uma educação de qualidade. Uma formação continuada aos professores em educação inclusiva sobre o processo de inclusão e as necessidades educacionais especiais, será relevante para o processo inclusivo, pois o educador precisa refletir a respeito da execução da prática inclusiva e manter-se constantemente qualificado para vivenciar as situações adversas no cotidiano de sala de aula.

É constrangedor diagnosticar que a criança com alguma deficiência, ainda permanece excluída da sala de aula regular, mas, este caso não irreversível, para reverter este dilema torna-se relevante que cada educador reflita no seu fazer pedagógico e procure se qualificar diante as novas modalidades de ensino, sobretudo, em Educação Especial pelo fato de esta modalidade de ensino na atualidade ser considerado como um desafio constante para o professor da sala regular.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Só através de uma reflexão crítica do fazer pedagógico, de um planejamento coletivo é que daremos passos decisivos rumo a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, acreditando acima de tudo, que todo aluno é capaz de aprender.

Assim, este trabalho foi importante porque nos possibilitou refletirmos acerca da importância do trabalho docente rumo a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva, que acredita e oportuniza a todos os alunos o direito de aprender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. Brasília, 2011.

CARVALHO, F. Reflexões em torno da inclusão em contexto educativo. In: FREITAS, S. N. (Org.). **Tendências contemporâneas de inclusão**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008, p. 31-47.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtorno de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CUNHA, A. E. **Afeto e aprendizagem, relação de amorosidade e saber na prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

DUTRA, Claudia Pereira. Carta de apresentação In: **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de aprendizagem: deficiência múltipla**. 4. ed. Elaboração prof^a Ana Maria de Godói-Associação de Assistência à Criança Deficiente-AACD. et. al. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

MARTINELLI, S. C. **Dificuldade de aprendizagem no contexto Psicopedagogia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes 2008.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em:
<http://Portal.MEC.gov.br/cen/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>, acesso em 4 de julho de 2016.